

CANOINHAS EM CONTESTADO: RACISMO ESTRUTURAL E EXCLUSÃO CABOCLA NO SILÊNCIO DA HISTÓRIA.

Isabel Cristina Massaneiro[1]

Emeson Tavares da Silva[2]

Círculo de Saber 10: Educação para as relações étnico-raciais na Educação do Campo

Resumo: O presente artigo analisa a Guerra do Contestado (1912–1916) sob uma perspectiva crítica que destaca o racismo estrutural como elemento central do conflito e de seus desdobramentos históricos. Mais do que uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, o conflito foi marcado por um processo de limpeza étnica contra a população cabocla, por meio de expulsões, perseguições e assassinatos, seguido pela substituição populacional por imigrantes europeus — em sintonia com projetos de branqueamento e modernização impostos pelo Estado brasileiro. O trabalho examina as causas sociais e econômicas do conflito, a atuação de empresas como a Brazil Railway Company e a Lumber, e o papel do Estado na repressão às comunidades caboclas, com destaque para a coação de vaqueanos e a resistência religiosa através do Exército Encantado. A partir da análise de dados do IBGE (Censo 2010), o artigo demonstra que municípios do território contestado, como Canoinhas, ainda enfrentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), alta desigualdade racial e precariedade socioeconômica. Conclui-se que esses indicadores refletem os efeitos duradouros do racismo institucional e da violência histórica, indicando a urgência de políticas públicas inclusivas e reparadoras voltadas à justiça social e à valorização das comunidades caboclas.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; racismo estrutural; população cabocla; Canoinhas; políticas públicas reparadoras.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado (1912–1916), embora frequentemente marginalizada nos currículos escolares e na historiografia oficial, constitui um dos episódios mais emblemáticos da repressão às formas populares de organização social no sul do Brasil. Muito além de um litígio territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná, o conflito revelou o protagonismo da população cabocla miscigenada, camponesa, profundamente ligada à terra e às práticas religiosas populares na resistência contra a exclusão social e territorial imposta pelo Estado republicano.

[1] Isabel Cristina Massaneiro Graduanda Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: isabel152508@gmail.com

[2] Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: e.tavares@ufsc.br



Autores como Marli Auras (1984) e Fernando Tokarski (2012) evidenciam que a guerra não pode ser compreendida isoladamente como revolta messiânica ou insurreição social, mas como um projeto político de eliminação das populações “inassimiláveis” ao modelo civilizatório moderno. Paulo Pinheiro Machado (2007) reforça essa análise ao demonstrar que a repressão institucionalizada visava neutralizar lideranças populares e desarticular redes de resistência coletiva. Tais interpretações contribuem para desnaturalizar o silenciamento histórico em torno do conflito, revelando as bases estruturais da desigualdade social e racial que ainda persistem nas regiões atingidas.

Com base nesses referenciais, este artigo propõe uma leitura crítica da Guerra do Contestado como parte de uma política de controle das populações consideradas indesejáveis ao projeto nacional. A articulação entre exclusão étnico-racial, apagamento simbólico e reorganização territorial será explorada ao longo do texto, com apoio em autores que discutem racismo de Estado (TABORDA, 2023) e práticas eugenistas (SCHWARCZ, 1993; STEPAN, 2005).

Para sustentar essa análise, utiliza-se uma base de dados empíricos oriunda do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, Tabela 3577/SIDRA), com recortes por cor/raça e município. O estudo foca em localidades diretamente impactadas pela guerra — como Canoinhas, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União — revelando que o trauma coletivo da violência estatal permanece vivo na estrutura socioeconômica regional.

Mais do que revisitar o passado, este estudo busca denunciar a permanência das estruturas de exclusão que continuam a marginalizar a população cabocla. O silenciamento, a invisibilização das memórias e a ausência de políticas reparatórias revelam que as marcas da guerra seguem presentes não apenas nos registros históricos, mas nas desigualdades materiais e simbólicas que estruturam o presente.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

A Guerra do Contestado permanece, até os dias atuais, como um capítulo silenciado da história brasileira, sobretudo no que diz respeito às suas implicações para a população cabocla do sul do país. A invisibilização desse conflito nos currículos escolares, nos espaços públicos de memória e nas políticas públicas revela não apenas um apagamento histórico, mas uma estratégia sistemática de exclusão étnico-racial que persiste ao longo do tempo. Apesar de seu impacto profundo na

estrutura fundiária, social e simbólica da região contestada especialmente em municípios como Canoinhas, Três Barras e Bela Vista do Toldo, a repressão e o extermínio das comunidades caboclas raramente são abordados sob uma perspectiva crítica que articule conceitos como racismo estrutural, biopoder e desigualdade histórica.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe-se a contribuir para o resgate dessas memórias silenciadas e para a produção de conhecimento comprometido com a justiça social, a valorização da identidade cabocla e a formulação de políticas reparatórias. Ao articular dados estatísticos, narrativas orais e teoria crítica, busca-se preencher uma lacuna nos estudos sobre o Contestado, oferecendo uma leitura atualizada e racializada do conflito e de seus desdobramentos na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo central é analisar os reflexos atuais da exclusão histórica da população cabocla no município de Canoinhas e em outras localidades do território contestado, compreendendo como as marcas da violência estatal e da reorganização étnico-territorial continuam a operar nas estruturas sociais, econômicas e simbólicas da região.

Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa estabelece como objetivos específicos: identificar os dispositivos históricos e jurídicos que legitimaram a perseguição da população cabocla durante e após a Guerra do Contestado; examinar como o silenciamento sobre o conflito atua como forma de controle simbólico e exclusão racial nos dias atuais; investigar, por meio dos dados do Censo 2010, as desigualdades raciais e econômicas nos municípios diretamente impactados pela guerra; valorizar as narrativas orais e as formas de resistência cabocla como parte de uma pedagogia decolonial e contra-hegemônica; e propor ações de visibilidade, reparação simbólica e justiça social voltadas à população cabocla no contexto educacional e nas políticas públicas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Guerra do Contestado foi mais do que um conflito armado: representou um processo sistemático de genocídio, apagamento cultural e substituição populacional. Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar como os conceitos de racismo de Estado e periculosidade social contribuem para compreender os efeitos duradouros desse evento sobre a realidade de Canoinhas e de outras regiões do antigo território contestado.



Como aponta Taborda (2023), o caboclo foi historicamente classificado como sujeito de “periculosidade social”, o que permitiu ao Estado enquadrá-lo como ameaça moral e política. Essa lógica foi reforçada por discursos jurídicos e institucionais que legitimavam a perseguição, a deslegitimação e o extermínio de populações miscigenadas e ligadas à vida comunitária. Marli Auras (1984) também destaca que essa repressão se dirigia não apenas à insurgência política, mas a toda uma cosmovisão cabocla que destoava dos ideais individualistas e produtivistas da modernidade republicana.

A ausência do tema nos currículos escolares, a falta de memória pública e a omissão nos discursos oficiais expressam o que Tokarski (2012) interpreta como uma política ativa de esquecimento deliberado. O autor argumenta que o silenciamento da Guerra do Contestado não é mero acaso, mas parte de uma estratégia histórica para apagar a resistência cabocla do imaginário nacional.

A urgência da reparação histórica se justifica pelo acúmulo de injustiças que atravessam gerações. Kormann (2012) aponta que a identidade cabocla foi sistematicamente desqualificada nos discursos oficiais da região sul, sendo tratada como “anomalia” ou resquício do passado, e não como componente legítimo da cultura brasileira. Essa desqualificação ajuda a explicar a ausência de políticas públicas voltadas à valorização dessas comunidades.

Como observa Machado (2007), a repressão à Guerra do Contestado visava não apenas neutralizar os conflitos imediatos, mas impedir a reorganização das comunidades insurgentes. A eliminação das lideranças religiosas e políticas caboclas buscava destruir um projeto alternativo de sociedade, baseado na coletividade, na partilha e na espiritualidade popular — valores incompatíveis com a ordem republicana em consolidação.

Os estudos de Auras (1984), Tokarski (2012), Kormann (2012), Machado (2007) e Taborda (2023) oferecem elementos fundamentais para compreender que as desigualdades enfrentadas atualmente pela população cabocla são fruto direto de um processo de apagamento histórico e exclusão institucional, iniciado com a repressão à Guerra do Contestado e perpetuado por gerações.

O enfrentamento das desigualdades herdadas da Guerra do Contestado exige, portanto, ações conjuntas entre o Estado, a escola e as comunidades locais, com vistas à justiça histórica e à valorização das identidades caboclas.

4. CONTEXTO HISTÓRICO: GUERRA DO CONTESTADO E BRANQUEAMENTO DA REGIÃO



O silenciamento da Guerra do Contestado é um dos efeitos mais persistentes da violência histórica sofrida pela população cabocla. A ausência do tema nos currículos escolares, a falta de memória pública e a omissão dos relatos oficiais sobre o conflito formam uma rede de esquecimento que, como aponta Michel Foucault (2005), é também um dispositivo de poder. Ao apagar da história os vencidos e suas formas de organização, o Estado e os discursos dominantes legitimam a marginalização contínua de suas descendências.

Luana Taborda (2023) amplia essa discussão ao afirmar que o caboclo foi historicamente classificado como sujeito de “periculosidade social”. Essa categoria jurídica e moral serviu para justificar sua eliminação física e simbólica. A mestiçagem, a religiosidade popular, o uso coletivo da terra e a resistência ao modelo capitalista foram narrados como sinais de atraso, desordem ou ameaça à estabilidade nacional. Ao longo do século XX, essa narrativa foi reforçada por imagens e textos que cristalizaram o caboclo como figura da barbárie.

Exemplo disso são as fotografias de Claro Jansson, que circularam amplamente após o conflito e retratavam caboclos ajoelhados diante de soldados armados. Essas imagens não foram registros neutros: funcionaram como mecanismos de humilhação e pedagogia visual, produzindo uma memória do vencido como sujeito submisso e derrotado. A análise dessas imagens, como propõe Lilia Schwarcz (2018), revela os dispositivos simbólicos que sustentam a hierarquia racial e cultural no Brasil. Elas seguem influenciando o imaginário social até hoje.

Em Canoinhas, esse silenciamento também se reproduz de forma cotidiana. Relatos coletados em conversas informais com moradores mais antigos — como a Sra. Adair Dittrich, de 91 anos, residente no distrito de Marcílio Dias — revelam receio, constrangimento ou simplesmente desconhecimento sobre a guerra. Em sua narrativa, ela lembra que sua mãe relatava o momento em que um vagão abarrotado de caboclos presos chegou à estação local, muitos deles nus, inclusive mulheres, o que levou as moradoras a improvisarem túnicas com lençóis e esconderem uma jovem no porão. Histórias como essa, repassadas oralmente, revelam não apenas o trauma, mas também a solidariedade silenciosa que atravessa gerações.

Esse processo de apagamento histórico articulou-se, também, com a transformação da paisagem social e urbana do município. A chegada de imigrantes europeus, sobretudo alemães e poloneses, foi incentivada pelas políticas estatais de colonização, em sintonia com os ideais eugenistas do início da República, que incentivavam a imigração europeia como forma de ‘melhorar’ a composição étnica do país (SCHWARCZ, 1993; STEPAN, 2005). Esse processo promoveu uma reconfiguração da estrutura fundiária, das formas de ocupação e da identidade cultural do território.



A ausência de museus, memoriais e espaços públicos dedicados à memória cabocla e à Guerra do Contestado reforça essa exclusão. A nova paisagem urbana, marcada pela arquitetura e simbologia das colônias europeias, ofusca as marcas culturais da população originária da região, consolidando o apagamento simbólico também no espaço físico da cidade.

Assim, o silenciamento e a construção da periculosidade social operam como estratégias complementares de exclusão. O discurso que associa o caboclo à ignorância, à violência ou ao atraso tecnológico legitima, ainda hoje, a ausência de políticas de valorização, de reparação histórica e de inclusão social. Entender essas estratégias é essencial para romper com a lógica de apagamento e construir novas formas de pertencimento e reconhecimento na região do Contestado.

5. SILENCIAMENTO E PERICULOSIDADE SOCIAL: IMAGEM E DISCURSO COMO CONTROLE

O silenciamento da Guerra do Contestado é um dos efeitos mais persistentes da violência histórica sofrida pela população cabocla. A ausência do tema nos currículos escolares, a falta de memória pública e a omissão dos relatos oficiais sobre o conflito formam uma rede de esquecimento que, como revelam estudos sobre práticas de silenciamento institucionalizado e naturalização da exclusão, sustenta até hoje a marginalização simbólica e política desses sujeitos históricos. Ao apagar da história os vencidos e suas formas de organização comunitária, o Estado e os discursos dominantes legitimaram e ainda legitimam a exclusão contínua de suas descendências.

Luana Taborda (2023) amplia essa discussão ao afirmar que o caboclo foi historicamente classificado como sujeito de “periculosidade social”. Essa categoria jurídica e moral serviu para justificar sua eliminação física e simbólica. Leis e dispositivos legais da Primeira República reforçaram essa classificação, como o Código Penal de 1890, que criminalizava práticas religiosas e culturais consideradas “supersticiosas”, e a posterior Lei de Vadiagem (Lei n.º 1.157/1950), que possibilitava a repressão de trabalhadores pobres e camponeses sem vínculo formal com o trabalho urbano ou rural. A mestiçagem, a religiosidade popular, o uso coletivo da terra e a resistência ao modelo capitalista foram narrados como sinais de atraso, desordem ou ameaça à estabilidade nacional.

Ao longo do século XX, essa narrativa foi reforçada por imagens e textos que cristalizaram o caboclo como figura da barbárie. Exemplo disso são as fotografias de Claro Jansson, que circularam amplamente após o conflito e retratavam caboclos ajoelhados diante de soldados armados. Essas imagens não foram registros



neutros: funcionaram como mecanismos de humilhação e pedagogia visual, produzindo uma memória do vencido como sujeito submisso e derrotado. A análise dessas imagens, como propõe Lilia Schwarcz (2018), revela os dispositivos simbólicos que sustentam a hierarquia racial e cultural no Brasil. Elas seguem influenciando o imaginário social até hoje.

Em Canoinhas, esse silenciamento também se reproduz de forma cotidiana. Relatos coletados em conversas informais com moradores mais antigos revelam receio, constrangimento ou simplesmente desconhecimento sobre a guerra. Muitos ainda veem o episódio como algo “que é melhor não mexer”. Essa omissão não é espontânea, mas resultado de uma cultura de medo herdada da repressão. A ausência de memoriais, museus e espaços de valorização das narrativas caboclas confirma o lugar marginal ocupado por essa identidade no projeto político e simbólico da cidade.

Assim, o silenciamento e a construção da periculosidade social operam como estratégias complementares de exclusão. O discurso que associa o caboclo à ignorância, à violência ou ao atraso tecnológico legitima, ainda hoje, a ausência de políticas de valorização, de reparação histórica e de inclusão social. Entender essas estratégias é essencial para romper com a lógica de apagamento e construir novas formas de pertencimento e reconhecimento na região do Contestado.

6. RENDIMENTOS MÉDIOS POR COR/RAÇA – MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (CENSO 2010)

A permanência das desigualdades socioeconômicas em Canoinhas, município inserido na antiga região do Contestado, evidencia os efeitos históricos da exclusão cabocla e do racismo estrutural. Dados de rendimento nominal médio mensal, organizados por cor/raça e extraídos do Censo Demográfico de 2010 (IBGE – Tabela 3577), permitem observar disparidades significativas entre grupos raciais nos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Três Barras, Porto União e Irineópolis todos historicamente marcados pelos desdobramentos da Guerra do Contestado (1912–1916).

A tabela a seguir apresenta os rendimentos médios da população ocupada com 10 anos ou mais de idade nesses municípios, segundo classificação racial:



Município	Branca (R$)	Preta (R$)	Parda (R$)	Amarela (R$)	Indígena (R$)
Bela Vista do Toldo (SC)	616.6	410.51	477.08	372.0	-
Canoinhas (SC)	1170.72	741.5	790.32	3267.5	498.12
Irineópolis (SC)	1171.51	973.92	770.3	1263.19	3938.12
Porto União (SC)	1384.87	565.12	1072.41	876.07	1332.26
Três Barras (SC)	1007.32	786.67	716.08	644.67	767.11

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 3577 (SIDRA). Elaboração própria.

A análise evidencia que, de modo geral, os rendimentos médios das populações pretas, pardas e indígenas são inferiores aos das populações brancas, indicando a persistência de desigualdades estruturais nos territórios de herança cabocla. Tal disparidade reflete um histórico de marginalização racial, que remonta às políticas de expropriação e apagamento cultural impostas durante e após a Guerra do Contestado.

Ainda que os dados mais recentes da PNAD Contínua (IBGE, 2022) se refiram ao estado de Santa Catarina como um todo, eles também revelam disparidades semelhantes: mulheres negras recebem, em média, 26,4% a menos do que mulheres não negras, e homens negros recebem 28,1% a menos do que homens brancos. Em municípios como Canoinhas, onde não há dados desagregados por raça e gênero disponíveis em bases públicas atuais, essa ausência não é meramente técnica, mas revela uma forma de racismo estatístico um apagamento institucionalizado que desconsidera a racialização das desigualdades e compromete a visibilidade de populações historicamente oprimidas. A omissão de dados por cor/raça dificulta o diagnóstico preciso das desigualdades e, consequentemente, impossibilita a formulação de políticas públicas de reparação social com base em evidências.

Conforme apontam Taborda (2023), Tokarski (2012) e Auras (1984), o racismo institucionalizado que recaiu sobre a população cabocla durante o conflito do



Contestado não foi superado com o fim da guerra, mas reconfigurou-se nas formas contemporâneas de exclusão social, econômica e simbólica. O silenciamento histórico, ainda presente no imaginário coletivo e na ausência de memória pública sobre o conflito, revela-se também como mecanismo de controle e apagamento. Nesse contexto, o racismo estatístico funciona como uma extensão burocrática desse silenciamento, perpetuando a invisibilidade das desigualdades raciais e naturalizando a exclusão cabocla dos registros oficiais do Estado. A baixa mobilidade social, o limitado acesso a serviços públicos de qualidade e a ausência de políticas reparadoras nas regiões caboclas são sintomas da permanência dessas estruturas de dominação.

Dessa forma, torna-se urgente o reconhecimento histórico das violências cometidas contra a população cabocla e a formulação de políticas públicas específicas, voltadas à justiça social, à equidade racial e à valorização das identidades e territórios caboclos. A superação das desigualdades herdadas do Contestado passa, necessariamente, pelo enfrentamento das narrativas hegemônicas que silenciaram o conflito e pelo fortalecimento de uma educação crítica e antirracista.

7. EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA E A URGÊNCIA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA

A educação exerce um papel estratégico na construção da memória coletiva e na promoção da justiça histórica. No caso de Canoinhas, a ausência da Guerra do Contestado nos currículos escolares e nos espaços de formação docente revela não apenas um esquecimento, mas um projeto ativo de silenciamento. A invisibilização da resistência cabocla nas escolas, nos materiais didáticos e nos debates públicos contribui para a manutenção de um imaginário que deslegitima essas populações como agentes históricos.

A implementação de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a história local e com a valorização das culturas populares é condição fundamental para romper com o ciclo de exclusão. Nesse sentido, é fundamental retomar os princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como marco normativo que reconhece o dever do Estado e das instituições escolares em promover uma educação antirracista, plural e historicamente contextualizada.

É necessário incorporar aos currículos escolares as narrativas caboclas, a complexidade do conflito do Contestado e suas consequências ainda presentes. O ensino crítico da história regional pode se tornar um instrumento de reconstrução



identitária e de fortalecimento do pertencimento territorial. Políticas públicas como a Lei Municipal da Memória, já adotada em alguns municípios quilombolas — como em Oriximiná (PA) e Cavalcante (GO) —, mostram que é possível institucionalizar o reconhecimento das lutas e memórias de populações historicamente marginalizadas, promovendo reparação simbólica e fortalecimento das identidades locais.

Além disso, a resistência à exclusão também passa por iniciativas de base comunitária, como projetos de educação do campo, valorização da oralidade, ações culturais e mapeamentos da memória cabocla. Essas ações não apenas reafirmam a existência dessas populações, como também desafiam os discursos hegemônicos que as tratam como resquícios do passado.

A urgência da reparação histórica se justifica pelo acúmulo de injustiças que atravessam gerações. Isso inclui tanto medidas simbólicas — como o reconhecimento oficial do genocídio caboclo — quanto ações concretas, como programas de apoio à juventude rural, financiamento a iniciativas culturais, criação de centros de memória e políticas públicas voltadas ao fortalecimento das comunidades caboclas.

Uma educação que reconheça o legado da violência e a força da resistência pode abrir caminhos para uma transformação social mais justa e plural, restaurando vozes que há muito foram silenciadas.

8. APROFUNDAMENTO: PROPOSTAS DE REPARAÇÃO E VISIBILIDADE CABOCLA

A persistência das desigualdades raciais nos municípios da região do Contestado exige não apenas reconhecimento histórico, mas também ações concretas de reparação e valorização cultural. Inspirando-se em projetos como o Museu da Memória Cabocla, em regiões do sul do Brasil com histórico semelhante, recomenda-se a implementação de centros de memória itinerantes, oficinas educativas e festivais culturais que promovam a visibilidade da resistência cabocla. Essas ações, além de simbólicas, possuem papel fundamental na reconstrução da identidade coletiva e no enfrentamento do apagamento histórico.

Relatos de moradores mais antigos de Canoinhas indicam um silêncio social reforçado por gerações de medo e repressão. No entanto, essas memórias orais guardam histórias de resistência e solidariedade que necessitam ser resgatadas e ressignificadas.

Em uma entrevista realizada durante uma atividade do tempo comunidade no distrito de Marcílio Dias, uma moradora de 91 anos relatou:



"A gente cresceu ouvindo que era melhor não mexer com essa história, que dava problema. Meu avô dizia que quem falava demais sobre a guerra podia desaparecer."

Esse tipo de testemunho revela a força do medo transmitido entre gerações, e mostra como o silenciamento não é apenas ausência de discurso, mas resultado de um trauma coletivo não reparado. As memórias orais, mesmo quando fragmentadas ou marcadas por receio, são fundamentais para reconstruir uma história contra-hegemônica da Guerra do Contestado e valorizar as experiências da população cabocla. A presença dessas vozes deve ser resgatada, documentada e valorizada por meio de projetos de escuta ativa, entrevistas etnográficas e rodas de memória nas escolas e comunidades rurais.

A realização de entrevistas, rodas de conversa e registros audiovisuais com membros das comunidades caboclas pode contribuir significativamente para a valorização dessas vozes historicamente marginalizadas.

Comparando com outros municípios diretamente impactados pela Guerra do Contestado, como Caçador, Curitibanos e Campos Novos, todos em Santa Catarina, observa-se que a ausência de políticas públicas voltadas à preservação da memória histórica contribuiu para a perpetuação do silenciamento das identidades caboclas. Apesar de terem sido palco de conflitos intensos entre 1912 e 1916, essas localidades ainda carecem de iniciativas institucionais robustas que reconheçam a resistência popular e promovam ações de reparação simbólica e social.

Em alguns casos pontuais, como no município de Campos Novos, registram-se experiências escolares e comunitárias que buscaram integrar as memórias orais do Contestado ao cotidiano pedagógico local. Projetos desenvolvidos por professores comprometidos com a valorização cultural, embora não sistematizados em políticas públicas amplas, demonstram o potencial transformador da educação como instrumento de reconstrução da identidade coletiva. Tais ações servem de referência para a formulação de propostas pedagógicas em outras regiões contestadas, como Canoinhas, onde o silenciamento ainda predomina.

É importante destacar que conceitos como racismo estrutural e biopoder, utilizados neste estudo, podem ser compreendidos em linguagem acessível: o primeiro refere-se às formas históricas e institucionais de discriminação racial que estruturam a sociedade brasileira; o segundo, conforme Michel Foucaulta lógica de gestão estatal da vida, que decide quais grupos devem ser promovidos e quais podem ser negligenciados.

Nesse sentido, propõem-se medidas de reparação simbólica e material, como:



- a criação de uma data oficial de reconhecimento à resistência cabocla;
- a instituição de bolsas de estudo voltadas à juventude de comunidades afetadas;
- indenizações coletivas e individuais;
- programas de capacitação profissional específicos;
- e a criação de espaços públicos de memória, como museus, praças temáticas e centros de documentação comunitária.

Embora os dados apresentados neste estudo se baseiem no Censo Demográfico de 2010, destaca-se a necessidade urgente de atualização dessas informações com recortes mais recentes por cor/raça e gênero em nível municipal. Até o momento, os resultados detalhados do Censo de 2022 ainda não disponibilizam esse tipo de desagregação, o que evidencia uma lacuna importante na produção de dados públicos capazes de orientar políticas de reparação racial. A ausência desses indicadores reforça a invisibilidade das desigualdades estruturais e limita o planejamento de ações efetivas.

Por fim, destaca-se o papel estratégico da educação na reconstrução da identidade cabocla e no fortalecimento da cidadania. Propõe-se o desenvolvimento de projetos pedagógicos que integrem a história do Contestado ao currículo escolar da rede pública, por meio de:

- formações de professores com foco em valorização cultural;
- atividades lúdicas e interdisciplinares;
- oficinas de storytelling com base em memórias orais;
- feiras culturais;
- e ações de escuta ativa com as famílias e lideranças locais.

Essas iniciativas não apenas resgatam a história silenciada, mas também promovem pertencimento, autoestima e justiça histórica para as populações herdeiras da resistência cabocla.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Contestado foi mais do que um conflito armado: representou um processo sistemático de genocídio, apagamento cultural e substituição populacional. Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar como os conceitos de racismo de Estado e periculosidade social contribuem para compreender os efeitos duradouros desse evento sobre a realidade de Canoinhas e de outras regiões do antigo território contestado.

A partir da análise teórica de autoras e autores como Taborda, Tokarski, Auras, Kormann e Machado, evidenciou-se que o silenciamento histórico do conflito está diretamente relacionado à exclusão econômica, política e simbólica das populações caboclas. Os dados do IBGE reforçam a persistência de desigualdades estruturais que afetam, especialmente, pessoas não brancas e descendentes diretos das populações atingidas pela guerra.

Os objetivos do artigo — compreender como a violência histórica repercute nos indicadores sociais e econômicos atuais — foram alcançados por meio da articulação entre teoria crítica, dados estatísticos e observações locais sobre o medo e a omissão ainda presentes entre moradores mais antigos.

Como desdobramentos futuros, sugere-se aprofundar a investigação com entrevistas, levantamentos de memória oral e análises comparativas entre diferentes municípios da região do Contestado. Recomenda-se, ainda, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização da identidade cabocla: como a criação de centros de memória, a incorporação da história da guerra nos currículos escolares, a escuta e participação das comunidades locais e o apoio a iniciativas culturais e educacionais que resgatem as narrativas silenciadas.

O enfrentamento das desigualdades herdadas da Guerra do Contestado exige, portanto, ações conjuntas entre o Estado, a escola e as comunidades locais, com vistas à justiça histórica e à valorização das identidades caboclas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

BARROS-BRISSET, Fernanda. *Periculosidade social e ficção jurídica*. São Paulo: Annablume, 2011.



BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 22 jun. 2004, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOVERNO DO BRASIL. *Mulheres ganham 28,2% a menos que homens em Santa Catarina*. Disponível em: https://www.gov.br/secom. Acesso em: 12 abr. 2025.

GROSS, Carlos. *O caboclo e a terra: memórias e lutas no Contestado*. Florianópolis: EdUFSC, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 12 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática*. Tabela 3577. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 12 abr. 2025.

KORMANN, José. *O Contestado e a Guerra do Contestado*. Joinville: Nova Letra, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: UNICAMP, 2007.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Momentos históricos – A Guerra do Contestado*. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/1-Primeira_Republica/7-A_Guerra_do_Contestado. Acesso em: 12 abr. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TABORDA, Luana do Rocio. Biopoder e racismo na Guerra do Contestado: a periculosidade social imputada às populações caboclas. *Revista Profanações*, v. 10, 2023.

TERRA CABOCLA. Direção: Márcia Paraiso. Brasil: Plural Filmes, 2015. (Documentário)

TOKARSKI, Fernando et al. *História do Contestado*. Curitiba: IESDE, 2012.



CNN BRASIL. Diferença salarial entre pretos e brancos chega a 42,3% para mesmo cargo de gerência, diz pesquisa. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia. Acesso em: 12 abr. 2025.